

EDITORIAL

Os processos de produção, apropriação e planejamento do território no atual estágio de mundialização da economia, de reestruturação produtiva e de mudanças no papel do Estado, colocam inúmeros desafios para o campo de estudos urbanos e regionais. O maior desafio é a compreensão das especificidades destes processos associando-os a diferentes realidades.

A Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais se propõe a colaborar para esta reflexão ao reunir textos que discutem referências teóricas e conceituais hegemônicas no campo das idéias e das práticas urbanas e regionais, e processos que se referem à materialidade do território e às políticas públicas. A partir de pesquisas que se fundamentam em bases empíricas, os trabalhos desvendam singularidades da realidade brasileira atual. Conflitos, interesses, tensões e negociações nas estratégias de apropriação do território, as relações entre Estado e agentes privados nacionais e internacionais, assim como as dinâmicas que reconfiguram a rede urbana são desconstruídos, interpretados e problematizados.

Teorías y políticas urbanas: ¿Libre mercado mundial o construcción regional?, de Pradilla Cobos, abre esta edição com a discussão sobre a aplicabilidade de teorias, práticas e políticas concebidas nos países hegemônicos e nos organismos multinacionais para a realidade da América Latina. Diante das particularidades históricas, econômicas, sociais, culturais, ambientais e territoriais, Pradilla lança uma provocação aos pesquisadores: a “descolonização das teorias e das políticas urbanas” – a construção de uma cultura científica e política própria – para explicar e transformar a realidade latino americana.

A influência das grandes corporações no reordenamento do território na área de influência do Porto de Itaguaí é discutida por Gusmão em *Apropriação e ordenamento territorial na zona costeira no estado do Rio de Janeiro: grandes corporações ou as políticas públicas?* A partir de uma retrospectiva das políticas públicas experimentadas nas últimas quatro décadas, o texto aponta a permanência do modelo de Estado-facilitador e o papel acessório das políticas públicas. Segundo Gusmão, os elevados investimentos na área do Porto não resultam de políticas públicas concebidas como instrumentos de indução do desenvolvimento territorial, não decorrem de decisões tomadas com o apoio de agentes e governos locais e, do ponto de vista do interesse público e do desenvolvimento territorial, essas decisões não envolveram a realização de avaliações prévias dos efeitos que produzirão.

A natureza social dos conflitos entre o mercado turístico e as populações nativas na produção de novas territorialidades no litoral nordestino é abordada por Lacerda, em *“Mundos” distintos: conflitos pela apropriação do litoral nordestino do Brasil*. Tendo como referência a Teoria das Convenções, que coloca a necessidade de identificar os valores que caracterizam os diferentes “mundos” dos atores sociais, Lacerda identifica a emergência da preservação dos recursos naturais, históricos e culturais como um princípio superior comum que viabiliza a negociação. Este princípio vem sendo, segundo a autora, crescentemente internalizado na solução de conflitos e tem orientado processos e marcos regulatórios no âmbito dos diversos entes federativos.

Em *Das cooperativas autofinanciadas às construtoras e incorporadoras de capital aberto: a ampliação do mercado habitacional*, Castro e Shimbo discutem a formação

de um padrão econômico de produção habitacional voltado para os estratos médio e médio-baixo, a partir dos anos 1990. Mostram como esta produção, inicialmente proposta pelas cooperativas autofinanciadas, foi potencializada pelas empresas financeirizadas, e como o forte apoio estatal foi fundamental para a consolidação de um mercado habitacional e para a elevação da atividade imobiliária voltada para este contingente da população.

A produção de condomínios empresariais na Região Metropolitana de Campinas como parte das estratégias da produção imobiliária que materializam os requisitos da reestruturação produtiva é abordada por Finatti e Sposito em *Produção do espaço urbano e fluidez territorial: análise das escolhas locacionais associadas ao condomínio empresarial Techno Park Campinas*. Os autores mostram que a decisão locacional das unidades produtivas – em sua maioria, empresas que agregam tecnologias da informação – associa elementos objetivos, como fluidez territorial, material e imaterial, expressa por eixos de circulação, a elementos subjetivos, como a insegurança, que legitima o empreendimento como espaço fechado, vigiado e de acesso controlado.

Em *Jogo no Rio*, Egler e Oliveira discutem as políticas urbanas para os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro. Através da análise do discurso oficial e da produção e apropriação social dos equipamentos, mostram a distância entre este discurso e a realidade dos interesses que compuseram as estratégias para os Jogos. Apontam o desequilíbrio das parcerias entre o governo carioca e as corporações globais: a infraestrutura é produzida localmente com recursos públicos pagos pela sociedade, e os lucros são apropriados pelas empresas de turismo, como agências de viagem, redes de hotéis, operadoras de reservas, empresas aéreas, e pelo Comitê Olímpico Brasileiro.

Em *Urbanização brasileira: um olhar sobre o papel das cidades médias na primeira década do século XXI*, Santos analisa a tendência de urbanização com concentração da população em um número reduzido de cidades, no contexto de perda de centralidade da indústria. A autora mostra um duplo movimento: as metrópoles se afirmam e polarizam as maiores oportunidades de emprego e aumenta a relevância de “cidades médias não metropolitanas” com mais de 100 mil habitantes. Este universo de cidades, principalmente as localizadas no Sudeste e Sul, vem se transformando em núcleos de áreas regionais. Nessas regiões, a geração de emprego e renda emerge como responsável pela pressão demográfica e a rede urbana torna-se mais capilarizada e dependente dessas cidades.

Três resenhas oferecem uma mostra da qualificada produção de pesquisadores brasileiros. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, fruto de quinze anos de pesquisa do geógrafo Mauricio de Abreu em arquivos nacionais e internacionais, é comentado por Pedro Vasconcelos. Ana Fernandes analisa *Uma estratégia chamada “Planejamento Estratégico”: deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos na Teoria do Planejamento Urbano*, de Pedro Novais, que persegue a emergência, o percurso e a difusão do conceito de planejamento estratégico, num périplo que inclui Estados Unidos, Europa e Brasil. E Rodrigo de Faria comenta *Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*, de Célia Ferraz de Souza, que reconstrói o processo de concepção e realização de um plano para Porto Alegre entre o final do século XIX e início do XX.

SARAH FELDMAN
Editora responsável